

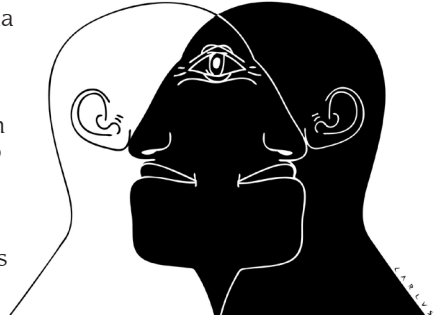
Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI

LEO PANITCH

Resumo

O império americano, responsável pela reprodução do capitalismo em escala mundial, com forte apoio das classes dominantes estrangeiras, teve seus encargos imperialistas ampliados com a integração de Estados do hemisfério Sul ao sistema capitalista. É nesse contexto que exportações e fluxos de capital vindos da China devem ser compreendidos, não significando reais desafios à hegemonia estadunidense. Como a crise de 2007-8 mostra, os conflitos relevantes na atualidade são, sobretudo, intraestatais, até mesmo nos EUA, ao invés de conflitos interestatais.

Palavras-chave: Capitalismo; Imperialismo; Hegemonia; Marxismo.



Rethinking marxism and imperialism for the 21st Century

Abstract

The American Empire, responsible for the reproduction of capitalism on a world scale, with the strong support of foreign ruling classes had their imperialist responsibilities extended with the integration of States in the global south into the capitalist system. It is in this context that exports and capital flows from China must be understood, not read off as real challenges to American hegemony. As the 2007-8 crisis shows, the salient conflicts at present are, above all, within States including the U.S., rather than conflicts between them.

Keywords: Capitalism; Imperialism; Hegemony; Marxism.

LEO PANITCH

Professor de Ciência Política da York University (Toronto, Canadá) e editor da revista Socialist Register.
lpanitch@yorku.ca

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NA
REVISTA NEW LABOUR FORUM
(v. 23, n. 2, p. 22-28, MAIO DE 2014).

Durante a maior parte do século XX, a grande influência do marxismo em redor do mundo estava profundamente associada com sua explicação para a nova relação entre capitalismo e imperialismo que originou a Grande Guerra, a qual, neste ano, completa exatamente um século do seu início. Não podemos saber o que Marx pensaria da forma como Lênin identificou o imperialismo com “o estágio mais elevado do capitalismo”; mas havia, inquestionavelmente, certa simetria entre a famosa descrição de capital como tendo vindo “ao mundo suando sangue e lama da cabeça aos pés, por todos os poros”, feita em *Das Kapital*, e a expectativa de Lênin de que ele [o capital] estava no processo de deixar o mundo da mesma maneira. Com efeito, em 1888, cinco anos depois da morte de Marx, Engels tinha levantado, explicitamente, a perspectiva de

uma guerra mundial de alcance e violência até então inconcebíveis[...]deslocamento irremediável de nosso sistema artificial de comércio, indústria e crédito, culminando em um colapso universal dos antigos Estados e sua sabedoria política convencional[...] e a criação das condições para a vitória final da classe trabalhadora (LEYS, 2014, p. 132).¹

Obviamente, hoje podemos ver quanto o capitalismo ainda tinha de percorrer, e quanto espaço mais ele haveria de conquistar, a despeito das guerras, revoluções e depressões que gerou na primeira metade do século XX. Contudo, a conexão feita pelos teóricos marxistas do imperialismo entre a exportação de capitais e a rivalidade interimperialista daqueles anos foi, de fato,

1 Engels não via tal guerra como inevitável, nem como necessária à vitória da classe trabalhadora. Na verdade, em escritos seguintes, nos anos antes da sua morte, em 1895, Engels estava surpreendentemente despreocupado com os problemas políticos e teóricos levantados pelas conexões entre as tendências crescentes de exportação de capitais e os militarismos rivais e a disputa por colônias, problemas que, “quase tão logo suas cinzas foram espalhadas, se impuseram à Esquerda internacional na forma do grande debate sobre Imperialismo”. Ver Hobsbawm (2011, p. 81).

problemática, mesmo em seu próprio tempo.² Esta conexão não conseguiu dar suficiente importância ao contínuo papel das classes dominantes pré-capitalistas na condução da expansão territorial e do militarismo. De maneira demasiado restrita, eles perceberam o comportamento do Estado como objeto do controle direto e exclusivo dos capitalistas; e associavam de maneira demasiado direta a exportação de capitais com a velha história do imperialismo como uma extensão do domínio por meio da conquista armada de territórios.

Além do mais, a forma como a teoria retratava as classes capitalistas dominantes como trustes que ligavam diretamente a indústria e os bancos sob a rubrica de “capital financeiro” era uma visão fortemente extrapolada daquilo que ocorria na Alemanha, ao passo que uma relação muito menos rígida entre a produção e os mercados financeiros, bem ao modelo estadunidense, tornou-se cada vez mais a norma ao longo do século. Ademais, a explicação para a exportação de capitais para as regiões periféricas, em termos de saturação dos mercados domésticos nos grandes países capitalistas, baseou-se na noção errada segundo a qual o empobrecimento progressivo, aumentando o consumismo,

2 Os textos clássicos são *O Imperialismo e a Economia Mundial*, de Bukharin, originalmente publicado em 1915, com uma introdução escrita por Lênin; e *Imperialismo: O Estágio Mais Elevado do Capitalismo* (1917), do próprio Lênin. Ambos foram fortemente baseados em *Capital Financeiro: Um Estudo sobre a Última Fase do Desenvolvimento Capitalista* (1910), de Hilferding e influenciados por *A Acumulação de Capital* (1913), de Rosa Luxemburgo.

caracterizava, necessariamente, a condição das classes trabalhadoras nos países capitalistas maduros.³

Depois da Segunda Guerra Mundial, o império informal estadunidense se responsabilizou pela extensão e reprodução do capitalismo em uma escala mundial, com expressivo apoio de classes capitalistas estrangeiras. As ligações econômicas, políticas e militares mais fortes foram forjadas entre os Estados da América do Norte, Europa e Japão – os quais mais tarde viriam a ser designados como G-7 –, ao invés de com as antigas colônias e dependências do assim-chamado Terceiro Mundo. Lucros foram adquiridos largamente no mercado doméstico, por meio do crescente consumo da classe trabalhadora, mesmo enquanto o terreno era preparado para maciças exportações de capital via corporações multinacionais e extensivo desenvolvimento de mercados financeiros internacionais. O compromisso dos Estados Unidos de criar as condições para a acumulação globalizada de capital, e a extensão com que os capitalistas estrangeiros, bem como os domésticos, passaram a vê-lo como o grande garantidor das suas propriedades, algo que a Grã-Bretanha tinha sido incapaz de conseguir (na verdade, dificilmente chegou mesmo a contemplar) no século XIX, foi agora atingido pelo império informal estadunidense, o

3 Os textos marxistas foram influenciados pelos argumentos subconsumistas proto-keynesianos, desenvolvidos mais profundamente no famoso livro *Imperialismo: um estudo* (1902), de J.A. Hobson, que se baseou, ele próprio, em economistas estadunidenses, que à época argumentavam que o mercado doméstico já não era mais capaz de sustentar a enorme capacidade produtiva das novas corporações, ou de garantir saídas suficientes para o capital que haviam acumulado. Obviamente, tais afirmações logo foram provadas absolutamente equivocadas. À época, os capitalistas estadunidenses não investiam no exterior porque os lucros já não podiam ser conseguidos no próprio país, mas porque queriam aproveitar oportunidades adicionais. Como Gabriel Kolko afirmou, em desafio à altamente influente história revisionista sobre as raízes do império estadunidense de William Appleman Williams, que interpretou a política de Portas Abertas em termos de uma falta generalizada de oportunidades de lucro no mercado doméstico, sugerindo um tipo de “falsa consciência transcendental” através da qual o capital e o Estado “fracassaram em perceber onde seus principais ganhos seriam realizados”. Ver Gabriel Kolko (1976, p. 36) e Williams (1966). Neste caso, é irônico que a corrente dominante dos teóricos não marxistas do imperialismo estadunidense tenham endossado, tardiamente, a abordagem de Williams. Ver Peter Cain (2002, p. 111-115), Andrew J. Bacevich (2002) e Christopher Layne (2006).

qual logrou integrar todas as outras potências capitalistas em um efetivo sistema coordenado sob sua égide.

Neste contexto, um forte argumento já havia sido estabelecido na década de 1970, afirmando que a identificação marxista de imperialismo como “um produto global indiferenciado de um determinado estágio do capitalismo” refletia a falta de “qualquer dimensão histórica ou sociológica séria” da antiga teoria (JONES, 1970, p. 60).⁴ Além do mais, com o crescimento da produção manufatureira e das exportações em uma gama variada de países – desde a Coreia do Sul até o Brasil – sendo não apenas encorajada sob a rubrica de uma “globalização” liderada pelos Estados Unidos, mas também avançando pelas classes capitalistas, com suas próprias saídas de capital e corporações multinacionais promovidas ativamente por seus países, a correlação de imperialismo com neocolonialismo e o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ficou prejudicada.⁵

Ainda assim, é impressionante o quão amplamente algumas das suas premissas subjacentes continuaram a conduzir as análises acerca do imperialismo em nosso tempo. Exportações e fluxos de capital primeiro da Alemanha, depois, do Japão, e, mais recentemente, da China, têm sido frequentemente compreendidas como desafios à hegemonia estadunidense. Além do mais, as intervenções militares estadunidenses ainda são comumente vistas como imposição de uma “lógica territorial” de império nos moldes antigos e/ou como representação de uma compensação pelo declínio do seu poder econômico, do qual a competitividade econômica internacional tem sido tomada como representante.⁶

4 Giovanni Arrighi (1978, p. 17) chegou a ponto de dizer que “tendo uma vez sido o orgulho do marxismo, a teoria do imperialismo havia se tornado uma Torre de Babel, na qual nem mesmo os marxistas sabiam como encontrar a saída”.

5 A este respeito, é especialmente esclarecedor o artigo de Virginia Fontes e Ana Saggiore Garcia (2014), dado o foco original de Gunder Frank sobre o Brasil, ao defender a tese de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

6 Este foi o caso de *Capitalismo Tardio*, de Mandel; *O Longo Século XX*, de Arrighi; *O Novo Imperialismo*, de Harvey; *O Imperialismo e a Economia Política Global*, de Callinco, e *Geopolitical Economy: After US Hegemony, Globalization and Empire*, de Radhika Desai.

Na verdade, o que tem caracterizado as relações entre os grandes Estados capitalistas – como sua resposta à crise econômica global dos anos 1970 já demonstrou, e está sendo novamente confirmada na atual crise – é não um bloco temporário e flutuante entre as classes capitalistas tal como Klautsky, para a ira de Lênin, previu que poderiam emergir depois da Primeira Guerra Mundial, mas sim uma integração muito mais profunda. Isto ficou demonstrado por redes internacionais de produção integrada; pela centralidade do dólar e de títulos do Tesouro estadunidense (antes e depois da era das taxas de câmbio flutuantes) no comércio internacional e fluxo de capitais, com Wall Street e seu satélite, em Londres, como os centros financeiros internacionais mais proeminentes; e pela elaboração comum de leis domésticas, comerciais e internacionais modeladas de acordo com determinações estadunidenses, mas, acima de tudo, desenhadas para garantir que o capital estrangeiro seria tratado da mesma maneira que o capital doméstico.

Embora isto não anule a competição econômica entre diversos centros de acumulação, pelo menos diminui fortemente o interesse e a capacidade de cada “burguesia nacional” de agir como o tipo de força coesiva determinada a desafiar o império informal dos Estados Unidos, não apenas por os virem como grandes garantidores dos interesses capitalistas em âmbito global. E enquanto o papel imperialista global dos Estados Unidos tem certamente abrangido a representação dos seus interesses capitalistas no exterior, o “interesse nacional” estadunidense passou a ser definido em termos de preocupações mais fundamentais com a expansão e a defesa do capitalismo global.

A integração de um bom número de grandes Estados do hemisfério Sul ao capitalismo global no último quarto do século passado, geralmente por meio do caldeirão das crises econômicas, ampliou, tal como que complicou, as responsabilidades imperiais dos Estados Unidos. Ainda assim, procurar um nexos para suas intervenções militares na antiga lógica de expansão territorial ou na imposição dos interesses específicos de uma fração do capital estadunidense continua sendo um erro muito comum. Ao invés disso, é mister perceber que a mesma lógica de sustento

e expansão das condições para um capitalismo global que originalmente fundamentaram o desenvolvimento e a manutenção do esmagador poderio militar dos Estados Unidos lhes legou o fardo de dispersar este poder, em face dos mórbidos sintomas que o desenvolvimento desigual do capitalismo produz.

As intervenções militares dos Estados Unidos no exterior são melhor compreendidas de maneira bastante análoga à forma como compreendemos o que a força policial de Los Angeles faz na sua região centro-sul da cidade. Na verdade, as guerras que os Estados Unidos têm lutado ocorrem em lugares bastante marginais à dinâmica do capitalismo global. Contudo, por mais que isto mereça nossa condenação, o que o Pentágono faz é muito menos importante na sustentação do capitalismo do que o que fazem o Tesouro dos Estados Unidos e o Federal Reserve Bank (FED), que se tornaram instituições fundamentais na coordenação de políticas econômicas dos Estados capitalistas do mundo.⁷

Isto se confirmou pela crise econômica global iniciada em 2007-08 e ainda definitivamente presente entre nós. O papel central do Tesouro e do FED na administração da crise – desde os *swaps* de moeda para garantir a outros países os tão necessários dólares, até a supervisão das políticas de cooperação entre os bancos centrais e ministérios das finanças dos países componentes do G-7 – tem sido importantíssimo, enquanto o antes tão aclamado sistema supranacional de governança da Europa tem se mostrado deficiente na administração do capitalismo global, dando fim a todos

7 Obviamente, o pensamento convencional continua sendo de que o Pentágono carrega a maior responsabilidade pela contenção, nos Estados Unidos, dos sintomas mórbidos que parecem vir, cada vez mais, com a globalização. Esta visão talvez seja mais graficamente expressa na famosa capa da *New York Times Magazine* de 28 de março de 1999, que trazia o “Manifesto por um Mundo Rápido”, de Thomas Friedman, e, sobrepostas por um punho cerrado, estavam destacadas as palavras: “Pela globalização do trabalho, os Estados Unidos não podem ter medo de agir como a todo-poderosa potência que eles são”. Quando o termo “Império” foi abertamente aceito na definição dos Estados Unidos, à época da resposta da administração Bush ao 11 de setembro (incluindo alguns dos seus conselheiros), a ênfase foi dada, nas palavras de Niall Ferguson, às “potenciais vantagens de um imperialismo estadunidense autoconsciente, ao invés de nos “graves riscos de ser “um império em negação” contra a ameaça de “atores não estatais”, como organizações criminosas e células terroristas” (FERGUSON, 2005, p. viii, xxvii).

os complacentes rumores segundo os quais o euro substituiria o dólar como moeda internacional de reserva.

Em meio a todas as conversas sobre o iminente domínio global da China, a questão crucial, raramente exposta, é se o Estado chinês tem capacidade de assumir amplas responsabilidades na administração do capitalismo global. Ninguém imagina realmente que a Rússia, apesar da sua admissão pela Organização Mundial do Comércio (OMC), poderia desenvolver tal capacidade prontamente; porém, mesmo a China ainda está evidentemente a um longo caminho de ser capaz para tal. Esta mudança requereria mercados financeiros mais fortes e muito mais liberais dentro da China, ou seja, significaria o desmantelamento dos controles de capital que são pilares fundamentais do domínio do Partido Comunista – ademais, em um momento em que seu próprio sistema financeiro está sob severo estresse.

Isto posto, o grupo de países capitalistas G-20, inicialmente criado pelo Tesouro dos Estados Unidos como um meio de “contenção de perdas” na emergência da crise gerada pela volatilidade das finanças globais na década de 1990, recebeu mais importância. Desde que os líderes destes países foram convocados a Washington por George Bush, no nefasto outono de 2008, os comunicados do G-20 têm renovado repetidamente seu

compromisso de conter barreiras [já existentes] e abster-se de impor novas barreiras aos investimentos ou comércio de bens e serviços... [e] minimizar qualquer impacto negativo no comércio e investimento de nossas ações de política doméstica, incluindo política fiscal e ações de suporte ao setor financeiro.⁸

Reforçando: a crise colocou em evidência as tensões internas que os Estados Unidos enfrentam entre agir tanto como Estado quanto como Estados Unidos e como o Estado indispensável ao capitalismo global. Fricções com o Congresso não são nenhuma novidade, é claro. Depois do batismo de fogo por que Robert Rubin passou logo que se tornou secretário do Tesouro durante a crise do peso mexicano no começo de 1995, com o Congresso (mesmo com maioria democrática) inicialmente se negando a aprovar o

8 Comunicado da Conferência do G-20 em Toronto. Junho de 2010.

resgate financeiro orquestrado pelo órgão, Rubin afirmou que entendeu a resistência do Congresso como “tentando se opor a nós sem de fato nos parar” (RUBIN, 2003, p. 25).

Ainda assim, enquanto a saga do teto da dívida de Washington se desenrolava, o apetite por títulos do Tesouro, longe de ser saciado, cresceu enormemente durante a crise – especialmente na China. Isto apenas serviu para lembrar aos líderes políticos estadunidenses que a “rivalidade política em Washington é irresponsavelmente perigosa”, dadas as “responsabilidades excepcionais” dos Estados Unidos “para com a saúde econômica mundial” (BBC NEWS, 2011). A crise expôs completamente o quanto os países do mundo estão envolvidos não somente nas contradições internas dos Estados Unidos, mas ainda mais nas irracionalidades mais profundas do capitalismo global. Além disso, a crise também mostrou que os conflitos mais relevantes no mundo atual são, antes, os conflitos intraestatais, inclusive dentro dos próprios Estados Unidos, ao invés dos conflitos interestatais.

Isto nos traz de volta a um dos dilemas centrais do marxismo atualmente, nomeadamente, o divórcio entre a teoria e a prática. As instituições políticas da classe trabalhadora, que abrigaram o ideário socialista no século XX, mostraram-se inadequadas para fazê-lo. A possibilidade de uma redefinição radical das políticas socialistas e das organizações trabalhistas no contexto das novas lutas de classes – da China à Grécia e ao Brasil – está agora, mais do que nunca, na agenda. Neste sentido, voltamos ao ano de 1917 e à esperança que os revolucionários marxistas de então alimentavam acerca das implicações de um rompimento com o “elo mais fraco” do capitalismo. Dado o papel central dos Estados Unidos no capitalismo global, poderia parecer que sua destruição, mesmo não sendo um processo iniciado necessariamente por forças radicais originadas no coração do Império, apenas seria possível de se realizar se conseguisse encorajar uma grande mudança no equilíbrio das forças de classe dentro dos próprios Estados Unidos.

Tradução: Camila Alves da Costa

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. 1994. [s/l].
- _____. **The Geometry of Imperialism**. Londres: NLB, 1978.
- BACEVICH, A. J. **American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- BBC NEWS. China state media agency Xinhua criticises US on debt. **BBC News**, 29 de julho de 2011.
- BUHKHARIN, N. **O Imperialismo e a Economia Mundial**. 1915. [s/l].
- CAIN, P. **Hobson and Imperialism: Radicalism, New Liberalism and Finance 1887-1938**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CALLINCOS, A. **O Imperialismo e a Economia Política Global**. 2009. [s/l].
- DESAI, R. **Geopolitical Economy: After US Hegemony, Globalization and Empire**. Londres: Pluto Press, 2013.
- FERGUSON, N. **Colossus: The Rise and Fall of the American Empire**. Nova Iorque: Penguin, 2005.
- FONTES, V.; GARCIA, A. S. Brazil's Imperial Capitalism. **Socialist Register**, v. 50, 2014.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2003. [s/l].
- HILFERDING, R. **Capital Financeiro – Um Estudo sobre a Última Fase do Desenvolvimento Capitalista**. 1910. [s/l].
- HOBSBAWM, E. **Como Mudar o Mundo: Marx e o Marxismo**. New Haven: Yale University Press, 2011.
- HOBSON, J. A. **Imperialismo: um estudo**. 1902. [s/l].
- JONES, G. S. The Specificity of US Imperialism. **New Left Review**, v. I, n. 60, p. 59-86, mar./abr. 1970.
- KOLKO, G. **Main Currents in Modern American History**. Nova Iorque: Harper & Row, 1976.

- LAYNE, C. **The Peace of Illusions**: American Grand Strategy from 1940 to the Present. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- LÊNIN, V. **Imperialismo**: O Estágio Mais Elevado do Capitalismo. 1917. [s/l].
- LEYS, C. The British Ruling Class. **Socialist Register**, v. 50, 2014.
- LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital**.1913. [s/l].
- MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. 1974. [s/l].
- RUBIN, R. **In an Uncertain World**. Nova Iorque: Random House, 2003
- WILLIAMS, W. A. **The Contours of American History**. Chicago: Quadrangle, 1966.